



SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	07
PREFÁCIO	08
INTRODUÇÃO À OBRA	09
1 – DAS ORIGENS DO DIREITO FALIMENTAR À LEI Nº 11.101/2005	
1.1 Introdução	11
1.2 A Evolução do Direito Falimentar	13
1.3 A Evolução do Direito Falimentar no Brasil	29
1.4 A Lei nº 11.101/2005 Situada nos Principais Elementos da Evolução Histórica	39
1.5 Conclusão	48
2 – O MANDATO COM INSTRUÇÕES NA ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES E O PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL	
2.1 Introdução	51
2.2 Aspectos Teóricos Gerais Sobre o Contrato de Mandato com Instruções: Limitações e Responsabilidades do Mandatário	55
2.3 O Mandato na Assembleia-Geral de Credores da Lei nº 11.101/2005	61
2.4 Conclusão	68
3 – ANÁLISE ECONÔMICA DA ASSEMBLEIA-GERAL DE CREDORES NA DELIBERAÇÃO SOBRE O PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL	
3.1 Introdução	69
3.2 Assembleia-Geral de Credores e Plano de Recuperação Judicial	71
3.2.1 Breves apontamentos históricos e de Direito comparado sobre a assembleia-geral de credores	72
3.2.2 A assembleia-geral de credores e o <i>cram down</i> na sistemática da Lei nº 11.101/2005	75
3.3 Análise Econômica da Assembleia-Geral de Credores	79
3.3.1 Diretivas ao voto do credor: o abuso de direito e o Ótimo de Pareto	84

3.4 Conclusão.....	93
4 – A AUTOFALÊNCIA COMO DEVER: REFLEXOS DO DESCUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO ART. 105 DA LEI Nº 11.101/2005	
4.1 Introdução	95
4.2 Formas de Liquidação da Sociedade.....	96
4.2.1 Liquidação da sociedade (art. 1.102 e ss do Código Civil e art. 210 e ss da Lei nº 6.404/76)	97
4.2.2 Autofalência (art. 105 e seguintes da Lei nº 11.101/2005).....	100
4.3 A Autofalência e a Palavra Dever – Entre a Mera Faculdade e a Ilicitude.....	102
4.4 Ação de Responsabilidade.....	106
4.5 Relação Entre o Dever de Autofalência e a Responsabilidade Pessoal.....	108
4.6 Conclusão.....	111
5 – SENTENÇA FALIMENTAR E RECURSOS CABÍVEIS: INTERPRETAÇÃO DO ART. 100 DA LEI 11.101/2005	
5.1 Introdução.....	113
5.2 Sentença Falimentar (Hipóteses, Natureza e Efeitos).....	113
5.2.1 Sentença que decreta a falência.....	114
5.2.2 Sentença que denega o pedido de falência.....	117
5.2.3 Sentença que julga procedente o pedido sem a decretação da falência.....	118
5.3 Recursos.....	119
5.3.1 Hipóteses de cabimento de agravo de instrumento.....	120
5.3.2 Agravo de instrumento materialmente como recurso de apelação.....	121
5.3.3 Hipóteses de cabimento do recurso de apelação.....	124
5.3.4 Legitimidade recursal.....	125
5.3.4.1 Credor, devedor e sócio do devedor.....	126
5.3.4.2 Ministério público, administrador judicial e credores da recuperação judicial.....	126

5.3.4.3 Terceiro prejudicado	128
5.4 Conclusão.....	128
BIBLIOGRAFIA	131